

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica do Distrito Federal

ATA

ATA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - CACS-FUNDEB/DF. Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, por meio de videoconferência em virtude da necessidade de isolamento social, que se deve às orientações das autoridades sanitárias locais, nacionais e da OMS, sob a Presidência do Professor Francisco José da Silva, foi realizada a 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Distrito Federal (CACS-FUNDEB/DF) do ano de 2021, que teve como pauta: 1. Abertura; 2. Justificativa das ausências; 3. Informações quanto aos lançamentos de dados da prestação de contas dos recursos disponibilizados ao programa EMTI com a participação do Sr. Jonatas Silva (SEEDF/GAB) e Peter Augusto Mayer de Aquino (DIPRESC); 4. Dialogo sobre o Transporte Escolar, em especial no que se refere aos estudantes residentes em área rural contemplados pelo PNATE com a participação do Sr. Joaquim Carlos Guimarães Ribeiro (DITRE); 5. Apresentação do Parecer preliminar/EMTI pelo conselheiro Paulo Henrique Guimarães; 6. Formação sobre o PAR 4º Ciclo pela Sra. Luciana Costa (GPTR); 7. Informes: 7.1. Lei de criação do CACS FUNDEB/DF (tramitação); 7.2. Criação de grupo de whatsapp de Secretários Executivos de todo o Brasil; 7.3. Criação do CACS/FUNDEB da União; 7.4. Dados desagregados; 7.5. chegada de servidor da carreira assistência para atuar no CACS/FUNDEB; 8. Encaminhamentos da reunião. Ausentes por motivo justificado a Conselheira Ana Flávia Eleutério Guimarães, representante suplente da SEEDF; Não houve justificativa de ausências dos representantes da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Brasília – UMESB, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES e Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do DF - ASPA DF. O Presidente do Conselho, Sr. Francisco José da Silva, cumprimentou os conselheiros presentes e convidados e passou a palavra para o conselheiro Paulo Henrique Guimarães, o qual informou que iniciou a elaboração do parecer referente à execução dos recursos do EMTI (Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral nas redes públicas dos estados e do Distrito Federal). O conselheiro afirmou que existem dúvidas a esse respeito e que precisam ser esclarecidas pela SEEDF. Logo em seguida, solicitou ao convidado e representante do Gabinete da SEEDF, O Sr. Jonatas Silva, que abordasse o assunto e esclarecesse as dúvidas encaminhadas via ofício (Ofício nº 41 (57383954) de 08/03/2021 e Memorando nº 1 (58179784) de 18/03/2021 do Processo nº 00080-00042671/2021-92). O servidor Jonatas Silva falou que: a) a área finalística da SEEDF, no caso a Diretoria ligada a SUBIN, encaminhou algumas informações com um curto espaço de tempo para que fossem efetuados os lançamentos no SIGPC; b) foi realizado mutirão para envio dos dados em tempo hábil; c) o CACS identificou algumas inconsistências nos valores lançados bem como a ausência de alguns documentos que comprovassem os destinos dos

equipamentos, entre outros; d) o pessoal do EMTI ficou responsável por responder as questões pedagógicas. De acordo com o Sr. Jonatas, a equipe do EMTI encaminhou as divergências financeiras para o Gabinete da SEEDF. Esclareceu ainda que a divergência entre os valores pagos e os documentos de despesa se devem à falta de lançamento dos impostos de duas empresas. Já em relação ao valor liquidado, os R\$ 140,00 (centro e quarenta reais) a mais, o Sr. Jonatas explicou que tal problema se deve a erro de lançamento de imposto no pagamento de uma servidora que trabalhou no projeto. Informou ainda que na relação de pagamentos de liquidação não foram contemplados dois impostos de duas empresas de obras que prestaram serviços cuja justificativa está sendo elaborada e que a mesma constará nos autos. Quanto aos valores reprogramados, afirmou que os R\$ 16.000.000,00 (Desesseis milhões de reais) era o valor que tinha no projeto (receita), mas que o montante pleiteado para a reprogramação era de R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais). A subtração daria um valor menor que o valor dos gastos, o que pode ser explicado pelo rendimento da aplicação. Comprometeu-se a enviar para o Conselho todas as justificativas referentes às inconsistências encontradas na prestação de contas até a próxima segunda-feira, dia 05/04/2021. O Conselheiro Paulo Henrique agradeceu ao convidado pelos esclarecimentos e enfatizou que a exposição foi bem esclarecedora e que o CACS irá analisar posteriormente as informações adicionais que serão encaminhadas em resposta ao (Ofício nº 41 (57383954) de 08/03/2021 e Memorando nº 1 (58179784) de 18/03/2021 do Processo nº 00080-00042671/2021-92). Em seguida, o Presidente do Conselho Professor Francisco José da Silva passou a palavra ao Diretor da DIPRESC, o Sr. Peter Augusto Mayer de Aquino, o qual relatou que respondeu ao memorando datado de 12/02/2021 da área fim e que teria informado que a função daquela Diretoria seria trabalhar com dinheiro descentralizado, como por exemplo; o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), cujos recursos seriam destinados às Unidades Executoras (Uex) e Caixas Escolares. Deixou claro que a DIPRESC apenas informa, se houve ou não a prestação de contas e se, por ventura, algum valor teria que ser restituído. Nesse momento, o Conselheiro Paulo Henrique perguntou ao sr. Peter quem era o responsável pela prestação de contas do EMTI. Em resposta, o assessor Jonatas Silva informou que a execução se dá de forma direta e que a Unidade Finalística responsável pelo Programa é a SUBIN. O Sr. Jonatas destacou que cabe a essa subsecretaria: 1) demandar aos órgãos internos da SEEDF; 2) controlar as informações de todos os processos como também o lançamento dos dados na plataforma do sistema. Logo após, o Presidente perguntou se algum conselheiro gostaria de fazer perguntas adicionais. Como não houve outros questionamentos, o Presidente agradeceu a presença dos convidados e os convidou a permanecerem na reunião, caso desejassem. Em seguida, o conselheiro Bernardo Fernandes informou que era o responsável pelo PNATE. Destacou que, antes da pandemia da Covid-19 iniciar, fez algumas visitas com o intuito de acompanhar o Programa. Defendeu a idéia de que esse deve ser o papel dos Conselheiros. Dirigindo-se ao Diretor da DITRE, o Sr. Joaquim Carlos Guimarães Ribeiro, o conselheiro Bernardo fez os questionamentos previstos na pauta (perguntas elaboradas pelo CACS FUNDEB). Em sua fala, o sr. Joaquim informou que: a) devido à pandemia, o transporte escolar foi paralisado há mais de um ano; b) algumas mudanças ocorreram, dentre as quais vale destacar a operação do transporte, desde 2020, pela empresa TCB e que a SEEDF teria ficado incumbida do planejamento, acompanhamento e fiscalização do Transporte Escolar; c) a TCB já licitou quase todos os contratos emergenciais e que serão normalizados até o final do ano de 2021. Quanto à frota própria, informou que ainda não foi definido se será repassada para o controle da TCB ou se permanecerá sob o controle da própria Secretaria. Disse ainda que a GEFIST elaborou um censo e o encaminhou às escolas e que até a presente data 23.520 alunos foram cadastrados no banco de dados, cujo objetivo é inserir esses dados junto ao sistema de monitoramento da TCB para um melhor controle. A

previsão de conclusão do Censo será em abril/2021, quando se terá a quantidade exata de alunos atendidos pelo Transporte Escolar. Questionado pelo conselheiro Bernardo quanto ao tamanho da frota existente, o sr. Joaquim respondeu que são 137 (cento e trinta e sete) ônibus já incorporados à SEEDF e mais 30 (trinta) a serem recebidos, totalizando 167 (cento e sessenta e sete) veículos. Sobre as tratativas junto à Secretaria de Agricultura quanto às melhorias nas estradas de acesso às unidades escolares rurais, o Sr. Joaquim informou que o Ofício deverá ser encaminhado para outra Secretaria do GDF responsável pelas estradas, e não à Secretaria de Agricultura. A respeito dos dados dos alunos que residem em áreas rurais e que são contemplados pelo Transporte Escolar, o sr. Joaquim respondeu que são cadastrados todos os beneficiários do Transporte Escolar, cuja confirmação dos dados deverá partir dos responsáveis pelas secretarias das escolas envolvidas. Enfatizou que nem todo atendimento de alunos pelo Transporte Escolar se dá pela localização rural, como por exemplo os que atendem à cidade da Estrutural. Sobre os contratos de emergência/excepcionalidade, respondeu que não teve acesso ao processo, salvo engano, ainda restam cerca de 2 ou 3 contratos que vencem em agosto/21. Sobre as providências tomadas quanto ao atendimento em 2021 aos alunos que residem em áreas rurais por ocasião do retorno às aulas, em relação à segurança e qualidade, o sr. Joaquim respondeu que já enviou o memorando para a SUBIN acerca do modelo a ser definido, bem como o protocolo de utilização dos mesmos, a saber: para os veículos com capacidade para 36 alunos, seriam levados apenas 18, de forma a respeitar o distanciamento mínimo de 1 metro. Já quanto aos procedimentos de proteção, afirmou que existe um protocolo geral a ser cumprido por todos os alunos e que apenas deverão ser disponibilizadas máscaras e/ou kits para os alunos da zona rural, tendo em vista a possibilidade de perdas e esquecimentos por parte dos alunos. Já sobre a criação de procedimentos e padronizações para a melhoria na prestação dos serviços de Transporte Escolar para os alunos da Rede, o sr. Joaquim informou que já foi feito um levantamento da demanda reprimida, nas áreas urbana e rural, junto às Coordenações Regionais. Ao ser questionado sobre a existência de versão preliminar dos protocolos de segurança, o sr. Joaquim respondeu que já está em andamento junto ao Gabinete e que ao final será elaborada uma cartilha sobre os protocolos de segurança e distribuídos às empresas. Quanto à questão da melhoria no monitoramento dos veículos, o sr. Joaquim afirmou ser essa de extrema importância, pois por meio de um tablet (GPS) pode-se monitorar em tempo real e a partir do embarque do primeiro aluno. Será possível obter informações exatas sobre: a quilometragem percorrida; se os veículos estão tendo problemas de atraso na partida ou na chegada; se os alunos estão sendo prejudicados em seus horários de entrada e/ou saída e se os trajetos estipulados estão sendo cumpridos. Informações sobre os alunos que são atendidos pelo transporte coletivo comum também serão coletadas. Em relação ao acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos à TCB, o sr. Joaquim disse que está sendo elaborado um modelo de prestação de contas de forma que os gastos mensais, semestrais e anuais sejam melhor visualizados. O presidente Francisco José questionou o sr. Joaquim a respeito do que seria feito com os recursos do PNATE, uma vez que se tratam de recursos federais que devem ser executados pela SEEDF, ou seja, os recursos não poderiam ser transferidos para a TCB. O sr. Joaquim respondeu que isso já havia sido questionado por ele. Destacou não entender o porquê da proibição de repasse à TCB, tendo em vista tratar-se de uma empresa do Governo e que opera atualmente o Transporte Escolar no Distrito Federal. Contudo, ressaltou que devido à proibição de transferência dos recursos prevista na Legislação do PNATE, a saída seria utilizar os recursos com a frota própria no atendimento aos alunos da zona rural, já que esses contratos ainda se encontram em pleno vigor, afinal, são mais de 2 milhões que fazem diferença para qualquer Estado. O conselheiro Bernardo agradeceu à presença do sr. Joaquim. Em seguida, o Presidente Francisco José também agradeceu ao sr Joaquim que, por sua

vez, colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos, caso seja necessário. O conselheiro Paulo Henrique Guimarães tomou a palavra para apresentar o Parecer do EMTI/2019, que foi precedido de um importante histórico da criação do Programa; explicou de forma clara e rápida os documentos e respostas aos quesitos até então apresentados e ressaltou que só será possível emitir um Parecer favorável da Prestação de Contas após o envio de algumas respostas que ainda estão faltando. O presidente Francisco José retomou sua fala e informou que a conclusão do Parecer será colocado na pauta da próxima reunião; o presidente agradeceu ao conselheiro Paulo pela explanação da história do Programa que antecedeu à apresentação da análise e sugeriu que essa metodologia faça parte de todos os pareceres. Em seguida, o presidente Francisco José anunciou o momento de Formação dos Conselheiros sobre o 4º Ciclo do Programa de Ação Articulada (PAR) e passou a palavra para a Sra. Luciana Costa (SUPLAV/GPTR) que apresentou breve histórico sobre a legislação, as dimensões, ações básicas do PAR e seus respectivos Ciclos (1,2 ,3 e 4). A sra. Luciana abordou de forma mais aprofundada o 4º Ciclo, cujo período de execução será de 2021 a 2024 esclarecendo que esse ciclo está em fase de planejamento. Após explanar sobre as novidades trazidas pelo sistema SIMEC referente ao 4º Ciclo do PAR, a gerente Luciana enfatizou que, por meio de plataforma específica, a aba que trata do PNE é uma das mais importantes e permite um acompanhamento e monitoramento sistemático dos planos de educação subnacionais durante todo o período do Ciclo. Falou ainda das 4 etapas de preenchimento das informações do PAR, a saber: 1-Etapa Preparatória; 2-Etapa Diagnóstica; 3-Etapa de Planejamento; 4-Etapa de Execução. Ao final, a sra Luciana se colocou à disposição para esclarecimentos futuros. O presidente Francisco José fez ainda algumas perguntas à gerente Luciana acerca de quem seria a pessoa responsável pela coordenação do 4º CICLO do PAR e se a GPTR teria uma pauta com o Fundo Distrital de Educação (FDE) para tratar desses assuntos relativos ao Plano de Educação Subnacional, tendo em vista que o PDE, ao que parece, terá que ser respeitado nesse novo ciclo do PAR. A gerente Luciana informou que a Coordenação do 4º Ciclo do PAR ficaria a cargo da própria GPTR e que, quanto à pauta, ainda não tinha conhecimento sobre o assunto. Em seguida, passou a palavra aos conselheiros que agradeceram mostrando-se satisfeitos com as informações esclarecedoras apresentadas pela gerente Luciana Costa . O presidente Francisco José também agradeceu à presença e a disponibilidade da sra. Luciana. Em seguida, solicitou ao Secretário Executivo, sr. Valteir Pessoa dos Santos, que repassasse os informes listados em pauta. O sr. Valteir iniciou com a tramitação do processo de criação do CACS/FUNDEB-DF, o qual se encontra na carga da SUAG para emissão da Declaração de Ordenador de Despesas, cuja cobrança está sendo feita sistematicamente, mas que o processo continua parado. Informou ainda sobre a sua participação no grupo de whatsapp de Secretários Executivos de todo o Brasil, cujo objetivo é interagir com os demais Secretários com vistas a adquirir conhecimentos e práticas que possam contribuir para o bom desenvolvimento das atividades realizadas pelo CACS FUNDEB/DF. O Presidente lembrou a todos que essa iniciativa de troca de experiência entre os secretários executivos foi articulada inicialmente pela ex-Secretária Executiva do CACS, a Sr. Aparecida Neto de Oliveira. O sr. Valteir retomou a palavra e citou os dados desagregados; afirmou que algumas CRES ainda não enviaram os dados e tão logo sejam recebidos serão disponibilizados em planilhas para análise dos conselheiros. Sobre a criação do CACS da União, o presidente Francisco José pediu a palavra para informar que o documento de criação (DECRETO Nº 10.655, DE 22 DE MARÇO DE 2021) apresenta questões dúbias e por essa razão houve grande repercussão entre pesquisadores da área e entidades da sociedade civil, já que pode resultar em uma possível dilatação do prazo para a criação dos CACS FUNDEBs nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. O sr. Valteir afirmou que apenas dois Estados conseguiram criar seus conselhos até o momento. O secretário Valteir informou sobre a chegada de um novo

servidor o sr. José Júlio de Oliveira, da Carreira Assistência para compor a equipe do CACS. Destacou que a movimentação já foi autorizada pela SUGEP e que o referido servidor encontra-se em gozo de férias e que sua apresentação está prevista para início de maio de 2021. Em seguida, o presidente retomou a palavra e destacou que gostaria de fazer um agradecimento e de se posicionar sobre o dia de hoje. Em relação ao agradecimento, destacou a participação da Sra. Aparecida (Cida), ex-secretária executiva do CACS/FUNDEB/DF, pela dedicação da mesma ao Conselho. Destacou que a ex-Secretária Executiva desenvolveu as suas atribuições com extrema competência no período em que esteve ligada ao Conselho. Em relação ao dia de hoje, dia 31 de março, lembrou que nesse mesmo dia, em 1964, aconteceu o Golpe Militar. Destacou que nesse ano se iniciou um período triste da história do Brasil, quando as liberdades democráticas foram retiradas pelo militares no poder. Destacou ainda que é preciso que esse dia seja lembrado como um dos golpes contra a democracia que aconteceram no Brasil, justamente para que novos golpes sejam evitados no futuro. Destacou que tem orgulho de ser representante da CNTE no CACS, pois a Confederação tem se posicionado historicamente em defesa da democracia. O Presidente, por fim, sugeriu que a próxima reunião seja realizada no dia 28 de abril de 2021, o que foi aprovado por todos os presentes. Esgotados os assuntos da pauta, o presidente Francisco José agradeceu a presença dos conselheiros e convidados e encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e nove minutos. Eu, Valteir Pessoa dos Santos, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e por todos os presentes.

Francisco José da Silva, Titular - CNTE (Presidente)

Paulo Henrique Alves Guimarães, Titular-CEDF

Maria da Conceição Batista da Silva, Suplente-CEDF

Bernardo Fernandes Távora, Suplente – CNTE

Leonardo Wilson de Pinho Martins, Suplente – SEEC-DF

Hilma Maria Reis Diniz, Titular - SEEDF

Valteir Pessoa dos Santos - Secretário Executivo do CACS/FUNDEB-DF



Documento assinado eletronicamente por **VALTEIR PESSOA DOS SANTOS - Matr. 02003074, Secretário(a) Executivo(a) do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB**, em 19/04/2021, às 18:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE DA SILVA - Matr. 00263370, Presidente do Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica do Distrito Federal**, em 20/04/2021, às 14:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO WILSON DE PINHO MARTINS - Matr. 0272003-5, Auditor de Controle Interno**, em 22/04/2021, às 17:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE ALVES GUIMARAES - Matr. 02340542, Membro do Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica do DF-Titular**, em 23/04/2021, às 15:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HILMA MARIA REIS DINIZ - Matr. 02094304, Membro do Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica do DF-Titular**, em 28/04/2021, às 10:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DA CONCEICAO BATISTA DA SILVA - Matr. 00486671, Membro do Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica do DF-Suplente**, em 28/04/2021, às 14:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=60131398)
verificador= **60131398** código CRC= **E509AA06**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF

Criado por [2003074](#), versão 24 por [2003074](#) em 19/04/2021 18:43:24.